

JORNALISMO E MULHERES NA HISTÓRIA: AS CANGACEIRAS NO LIVRO SOBRE MARIA BONITA

Lais de Mello Rocio

Mestranda do curso de Pós-Graduação em
Comunicação e Territorialidades
Universidade Federal do Espírito Santo - UFES
E-mail: laismrocio@gmail.com

Orientador: Prof. Rafael Paes Henriques
Universidade Federal do Espírito Santo - UFES
E-mail: rafaelpaesh@gmail.com

RESUMO

Este estudo analisa a representação de mulheres em contextos históricos pelo jornalismo literário. Realizamos revisão teórica acerca da produção do conhecimento jornalístico, seu potencial de reconstrução de realidades históricas, articulando essa discussão com a teoria feminista e suas contextualizações sobre o silenciamento de mulheres no conhecimento tradicional da humanidade, bem como suas propostas de reformulações para modelos de racionalidade — presentes inclusive na produção jornalística — que contextualizem e politizem a experiência de mulheres historicamente. Em seguida, direcionamos tais reflexões e conceitos para a análise de enquadramento jornalístico do livro-reportagem “Maria Bonita: sexo, violência e mulheres no Cangaço” (NEGREIROS, 2018), utilizando categorias de análise estabelecidas por Robert Entman (ENTMAN, 1993). Como resultados, indicamos parâmetros para retratar as vivências femininas considerando-as não mais como ‘específicas’ ou ‘subjetivas’ e sim como fontes de conhecimento e registro histórico legítimo, contextualizando os efeitos da desigualdade de gênero em fenômenos históricos como o do cangaço brasileiro, marcado pela inusitada presença de mulheres, associada de forma equivocada pelo senso comum à ideia de igualdade de gênero, mas que contou com diversas práticas de violência e dominação masculina omitidas nos registros históricos e midiáticos.

Palavras-chave: representação de mulheres; mulheres na história; jornalismo literário; jornalismo feminista; jornalismo e história.

INTRODUÇÃO

Este estudo investiga o papel do jornalismo literário na representação de mulheres em contextos históricos, com foco específico no fenômeno do cangaço brasileiro e na forma

como as mulheres cangaceiras são historicamente retratadas. Para debater essa temática, partimos do pressuposto feminista de que, nos modelos tradicionais de conhecimento social, vivências femininas costumam ser silenciadas ou caracterizadas com menor expressividade em relação aos homens. Ainda que essa ordem varie em diferentes épocas e contextos, a condição masculina surge como universal, absoluta, representando oficialmente o que significa ser humano. Assim, a mulher é caracterizada como específica, desviando da norma geral do humano (BEAUVOIR, 1970; WILSHIRE, 1997). Essa hierarquia se reflete nos discursos do jornalismo tradicional, já que este surge na modernidade inspirado nos modelos de racionalidade científica marcados pela dominação masculina (VEIGA DA SILVA, 2014).

Direcionamos nosso recorte histórico para o cangaço brasileiro, fenômeno de banditismo e poder paralelo que se alastrou pelo sertão nordestino do Brasil entre o século XVIII e meados do século XX. Esse contexto foi associado pelo senso comum, pela imprensa e indústria cultural a certa ideia de empoderamento feminino, pois contou com a inusitada presença de mulheres subversivas, que deixaram a vida doméstica para se integrar ao bando — por vezes sequestradas e levadas à força —, principalmente conhecidas pela figura de Maria Bonita, a ‘Rainha do Cangaço’ e esposa do famoso líder cangaceiro Lampião. Contudo, como apurado pela jornalista Adriana Negreiros (2018), tal ideia romantizada de igualdade de gênero no cangaço não se confirma como verdade do que ocorreu, já que há registros comprovados de violências, agressões e estupros que essas mulheres sofriam dos próprios cangaceiros, além de várias formas de exclusão, silenciamento e deslegitimação que reafirmavam o poder masculino sobre elas.

Diante das representações jornalísticas e históricas que distorceram ou silenciaram as condições violentas e inferiores sob as quais as mulheres viviam no cangaço, assim como no sertão nordestino e na sociedade brasileira naquela época, consideramos importante investigar a atuação do jornalismo literário no sentido de reescrever fenômenos históricos jogando luz sob as experiências das mulheres, enquanto fontes legítimas de conhecimento.

Neste estudo, este objetivo de pesquisa se cumprirá, inicialmente, com uma revisão e reflexão teórica acerca do jornalismo enquanto forma de conhecimento social e seu papel de reconstruir realidades históricas. A partir daí, acionamos a teoria feminista para debater e identificar possibilidades da reportagem questionar e reformular tais leituras masculinistas da realidade. Em seguida, ingressaremos na análise de enquadramento jornalístico (ENTMAN, 1993) de trechos do livro-reportagem “Maria Bonita: sexo, violência e mulheres no Cangaço”

(NEGREIROS, 2018), selecionada conforme o critério de abordar e politizar a participação feminina no cangaço a partir de um viés feminista.

O conhecimento jornalístico como reconstrução histórica da realidade

Partindo do entendimento do jornalismo como forma de conhecimento social com a função de gerar representações da realidade, consideramos o potencial da reportagem na construção e manutenção de sentidos e significados que circulam socialmente (HALL, 2016; GENRO FILHO, 1987), que determinam a atuação e vivência social (FRANCISCATO, 2014). Isso atribui à notícia a função de atuar na construção da realidade histórica, considerando que os fatos não falam por si mesmos a não ser por meio da linguagem, que torna os eventos significativos (HALL, 2016). Nesse sentido, os códigos produzidos no jornalismo desempenham o papel de estabilizar o “sentido dentro de diferentes linguagens e culturas” Hall (2016, p. 42). Enxergamos, na produção da notícia, relações de poder e disputas ideológicas moldadas ao longo do tempo, a partir de produções e articulações históricas da mídia em diálogo com a sociedade. No terreno simbólico do jornalismo em determinados contextos histórico-sociais, as produções de sentidos se dão necessariamente por um ciclo de trocas constantes entre os discursos jornalísticos e as ideias que circulam socialmente. Isso implica reconhecer que a produção jornalística é determinada e também determina certa compreensão ideológica de seu tempo e espaço. Por conta desse processo, é inevitável admitir que jornalismo produz, reproduz e é constituído por memória e historicidade.

Assim, o potencial interpretativo da reportagem se articula à produção histórica. Ao elencar postulados da teoria da História que se fazem presentes na atividade jornalística, Marialva Barbosa (2005) destaca, como principal postulado da historiografia, o papel de “interpretar - a partir da subjetividade do pesquisador - as razões de uma determinação ação social” (BARBOSA, 2005, p. 53). Dessa maneira, tal “consciência histórica” (BARBOSA, 2005, p. 53) se reafirma na produção jornalística, em sua função de conectar, interligar e reinterpretar acontecimentos de acordo com um sentido maior de “mundo histórico”.

Consideramos, então, que tal esforço jornalístico envolve fundamentalmente o pensamento contextual que instaura a contextualização histórica, operada na notícia não como reprodução pura de registros do passado, mas como reconstrução de uma realidade. Seja datada do passado ou do presente, a reportagem sempre cria novas temporalidades, territorialidades e experiências sociais acerca do mundo, vivenciadas por meio da linguagem e

suas trocas na sociedade, que, por sua vez, produzem memória social. E além de reforçar valores pré-existentes, consideramos ainda que o conhecimento fornecido pelo jornalismo se torna capaz de pensar contra estes conceitos do senso comum, no sentido de questioná-los e desconstruí-los de maneira crítica (MORETZSOHN, 2013, p. 25), visando a reformular a produção de conhecimento para uma inclusão da experiência e dos valores autenticamente partilhados por mulheres, conforme reivindica a epistemologia feminista.

O silenciamento das mulheres na História e as propostas feministas de reformulação do conhecimento.

Em busca de origens para a inferiorização das mulheres no conhecimento humano, Beauvoir (1970) contextualiza que “A categoria do Outro é tão original quanto a própria consciência. Nas mais primitivas sociedades, nas mais antigas mitologias, encontra-se sempre uma dualidade que é a do Mesmo e a do Outro”, que se traduz entre ‘o bem e o mal’ ou ‘o masculino e o feminino’, situando a mulher como o Outro. Essa perspectiva é reforçada por Wilshire (1997), demonstrando a consolidação da mulher como o “outro” no modelo de conhecimento ocidental e na filosofia: “[...] todas as eras nessa história têm em comum a explícita desvalorização da terra e do corpo - mais especificamente, o corpo da mulher, junto com formas de saber e estar no mundo associados ao feminino” (WILSHIRE, 1997, p. 103).

Assim, a reformulação e a reterritorialização dessas noções no jornalismo implica uma mudança do olhar que guia o processo da reportagem, deslocando-o da vivência masculina tida como universal e passando a abranger experiências distintas, inclusive das identidades femininas. Isso significa, fundamentalmente, assumir o olhar masculino como também específico, igualando-o a tantas outras visões singulares que compõem a vivência sócio-política do mundo. Como demonstra Rago (2019):

(...) se considerarmos que as mulheres trazem uma experiência histórica e cultural diferenciada da masculina, ao menos até o presente, uma experiência que várias já classificam como das margens, da construção miúda, da gestão do detalhe, que se expressa na busca de uma nova linguagem, ou na produção de um contradiscurso, é inegável que uma profunda mutação vem-se processando também na produção de conhecimento científico (RAGO, 2019, p. 373).

A produção de conhecimento nesse sentido avançaria, então, para “tornar plena a experiência humana, resgatando o valor e o conhecimento no corpo humano, na emoção e no compartilhar humanos” (WILSHIRE, 1997, p. 106). Ou seja, amplia o foco para uma visão

integrada do real incluindo aspectos ‘subjativos’, ‘fatos privados e domésticos’’, que levam a “intensificar e enriquecer a busca por verdade e conhecimento” (WILSHIRE, 1997, p. 106). Assim, em busca de práticas jornalísticas que concretizem tais formas de conhecimento que compõem a experiência de mulheres, avançamos na análise dessa problemática no contexto das mulheres cangaceiras.

Análise empírica: a experiência das mulheres cangaceiras e suas representações noli-vro-reportagem sobre Maria Bonita.

O cangaço é comumente conhecido no imaginário coletivo pelo caráter violento e justiceiro principalmente associado aos homens desse movimento. No entanto, o fenômeno também é marcado pela participação de mulheres, por conta da atuação prepulsora de Maria Bonita: uma mulher que foge da vida doméstica para se juntar ao seu companheiro, Lampião, no grupo subversivo. Isso incentivou a entrada de mais mulheres no bando, sempre por conta de relações conjugais com homens cangaceiros, ora por espontânea vontade, ora por decorrência de sequestros e estupros de homens que as forçavam a acompanhá-los.

Assim, ao mesmo tempo em que as mulheres cangaceiras foram falsamente associadas a guerreiras, empoderadas ou até feministas, sempre foram representadas à sombra dos homens protagonistas do movimento. Com isso, a jornalista Adriana Negreiros se propõe a construir, no livro “Maria Bonita: sexo, violência e mulheres no Cangaço” (NEGREIROS, 2018), um relato “do papel dessas mulheres em um universo marcado pelo domínio masculino”, como apresenta na contracapa (NEGREIROS, 2018), apresentando uma investigação jornalística dedicada a promover visibilidade inédita à atuação das mulheres no cangaço brasileiro.

Com base no enquadramento noticioso (ENTMAN, 1993), analisamos como a reportagem promove a “definição de um problema particular, interpretação de causas, avaliação moral, e/ou recomendação de tratamento” (ENTMAN, 1993, p. 52, tradução nossa), possibilitando identificar a predominância de certas interpretações da realidade.

Na categoria de definição de problemas, o critério mais frequente sob o qual os problemas são enquadrados, no primeiro capítulo, é a dominação masculina, demarcada pelas tradições culturais relacionadas ao comportamento dos homens. Por exemplo, na relação conjugal de Maria Bonita com o marido que teve antes de fugir com Lampião, o livro revela adultérios e agressões do homem que eram naturalizadas e incentivadas entre as famílias e

comunidades. Como demonstra a reportagem, no contexto do sertão nordestino daquela época, a dominação masculina e patriarcal se perpetuava ao impor às mulheres uma série de condutas que orientavam suas formas de vida, principalmente por meio da reclusão delas às tarefas domésticas e casamentos arranjados, como moedas de troca entre pais e pretendentes. Esse arranjo muda e se diferencia no contexto do cangaço, que retira — e de certa forma

liberta — as mulheres do lar onde viviam aprisionadas, mas na realidade do bando, as desigualdades de gênero ressurgem e se mantêm a violência e inferiorização de outras formas.

Isso se materializava, por exemplo, na cultura do estupro entre os homens do cangaço, mesmo após a entrada das mulheres no bando. O livro demonstra que “Virgulino [nome de Lampião] tinha prazer intenso em “cobrir uma fêmea”, como se referia ao ato de estuprar uma mulher, enquanto ela chorava” (NEGREIROS, 2018, p.38). O controle masculino sobre as escolhas das mulheres no cangaço também se perpetuavam pela violação de direitos sexuais e reprodutivos delas:

No instante em que deu adeus ao bebê, Dadá sentiu, conforme definiria um dia, a maior dor do mundo. Como não utilizavam métodos contraceptivos e **precisavam estar disponíveis para seus homens**, as cangaceiras podiam pegar barriga a qualquer momento. Uma vez que os filhos nascessem, deveriam passá-los adiante, na primeira oportunidade. Frágeis recém-nascidos não combinavam com a bruta rotina do cangaço, entre espetadas de sol e chuvas de tiro. Ademais, o choro denunciaria a presença dos bandoleiros para as forças oficiais (NEGREIROS, 2018, p. 46-47).

A categoria da interpretação de causas é marcada pela contextualização das razões culturais por trás das práticas opressivas contra mulheres, que giram em torno da objetificação feminina. Dessa forma, a reportagem demonstra que, embora a primeira onda feminista mundial estivesse começando a inspirar ações no Brasil a partir da década de 1920, os estereótipos femininos ainda predominavam mesmo no Rio de Janeiro quanto mais no sertão nordestino:

Maria de Déa era, portanto, em quaisquer circunstâncias, uma mulher de comportamento transgressor. De uma senhora casada, ainda que insatisfeita com o relacionamento, **esperava-se nada além de cega obediência ao marido**. Mesmo no Rio de Janeiro — onde fora fundada, em 1922, a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino — **a subserviência, a ausência de ambição e a dedicação à vida doméstica eram valores abertamente associados às mulheres** (NEGREIROS, 2018, p. 15, grifos nossos).

Esse enquadramento leva ainda a caracterizar os estereótipos predatórios culturalmente associados aos demais homens do cangaço, esclarecendo como isso impactava

nos medos e tensões das mulheres e suas famílias: **“Quem tivesse suas filhas que as trancasse em casa, porque aqueles demônios** [os cangaceiros], tidos em todo o sertão como violadores de donzelas, estavam à solta” (NEGREIROS, 2018, p. 21, grifos nossos).

O enquadramento de avaliação moral responsabiliza os cangaceiros por seus atos e comportamentos agressivos que mantinham as mulheres sob diversas opressões de gênero, como listamos aqui. Essa responsabilização não se limita só aos bandoleiros e se estende aos policiais, governantes, maridos, pais e várias figuras masculinas, cada um suas próprias formas de controle que oprimiam mulheres, inclusive na impunidade e falta de assistência frente aos crimes praticados contra elas, tal como no trecho: “Para uma jovem estuprada por cangaceiro nos anos 1930 no sertão do Nordeste **não havia muito a fazer além de maldizera própria sorte**. Denunciar o crime às forças volantes **seria duplamente temerário**. [...] muitos soldados tinham por hábito punir crimes como aquele com as próprias mãos — ou com o próprio pênis” (NEGREIROS, 2018, p. 38-40, grifos nossos).

Percebemos, ainda, uma forte responsabilização da imprensa e dos produtos da indústria cultural pelo silenciamento e distorções das mulheres cangaceiras, privilegiando apenas relatos masculinos como legítimos e dignos de pauta. Os relatos que correspondem às recomendações de tratamento demonstram a própria abordagem feminista do livro como solução para reverter o silenciamento feminino desse contexto. Isso se traduz na narrativa do sertão brasileiro e o contexto nacional da época do cangaço a partir da experiência feminina, não deixando essas histórias reclusas apenas a relatos específicos ‘delas para elas’, mas resgatando as vivências de mulheres como parte fundamental deste registro histórico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com isso, percebemos um esforço da reportagem em acionar o posicionamento feminista ao politizar os abusos que inferiorizam mulheres de maneira estrutural e sistemática. Isso possibilita identificar a “onipresença” dessa dominação, que se perpetua tanto no plano das ideias, por meio da violência simbólica, quanto no plano material pelos abusos físicos e sexuais, como descreve Saffioti ao identificar a violência de gênero “enquanto modalidade material de controle social e da repressão exercida através das formas “ideacionais” de socialização” (SAFFIOTI, 1994, p.444-445).

Por isso, como inspira o pensamento feminista, o enfrentamento e transformação da desigualdade de gênero perpassa, fundamentalmente, um esforço de repensar e reformular as

formas como as mulheres são apresentadas, imaginadas e idealizadas nas diversas esferas do conhecimento. Nesse sentido, encontramos nos posicionamentos e práticas de Adriana Negreiros (2018), no livro analisado, enquadramentos que trazem a reescrita de fenômenos históricos com a inserção de trajetórias e identidades femininas, rompendo com a ordem masculinista na produção de conhecimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARBOSA, M. C.. O que a história pode legar aos estudos de jornalismo. **Contracampo** (UFF), Niterói, v. 12, p. 51-62, 2005.
- BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo: Fatos e Mitos**. 4a.ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.
- ENTMAN, R. M. Framing: Toward Clarification of a Fractured Paradigm. **Journal of Communication** 43 (4), 1993, p.51–58.
- FRANCISCATO, C. O Jornalismo e a reformulação da experiência do tempo nas sociedades ocidentais. **Brazilian Journalism Research**, v. 11, n. 2, p. 96-123, 2014.
- GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide** - para uma teoria marxista do jornalismo. Porto Alegre: Tchê, 1987.
- HALL, Stuart. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Apicuri, 2016.
- MORETZSOHN, Sylvia. **Pensando contra os fatos: jornalismo e cotidiano: do senso comum ao senso crítico**. Rio de Janeiro: Revan, 2007.
- RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. HOLANDA, Heloisa Buarque de (org.) **Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, p. 370-387.
- SAFFIOTI, Heleieth I.B. **Violência de Gênero no Brasil Atual**. Estudos Feministas, CIEC/ECO/UFRJ, nº especial, p.443-461, Rio de Janeiro, 2º semestre de 1994.
- VEIGA DA SILVA, Marcia. **Masculino, o gênero do jornalismo: modos de produção das notícias**. Florianópolis: Insular, 2014.
- WILSHIRE, Donna. **Os usos do mito, da imagem e do corpo da mulher na re-imaginação do conhecimento**. JAGGAR, Alison M., BORDO, Susan R. Gênero, corpo, conhecimento. Trad.: Britta Lemos de Freitas. Rio de Janeiro: Record; Rosas dos Tempos, 1997, p. 101-125.